

Agências da ONU promovem oficina em Brasília sobre direitos de mulheres refugiadas e migrantes

Na Universidade de Brasília (UnB), a Agência das Nações Unidas para Refugiados ([ACNUR](#)) e a ONU Mulheres realizaram ao final de junho (29) uma oficina sobre igualdade de gênero e os direitos das mulheres. Formação foi voltada para pessoas refugiadas e migrantes e reuniu cerca de 40 pessoas. Iniciativa foi realizada em parceria com o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH).

[\(ONU Brasil, 06/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Durante o curso, participantes foram divididos em grupos de homens e mulheres e foram estimulados a debater sobre papéis de gênero e sobre aspectos da sociedade brasileira.

Durante a dinâmica, ficou claro que muitos desconheciam o fato de que, no Brasil, mulheres recebem menos do que homens para desenvolver a mesma função. Por outro lado, 90% dos presentes já conheciam a Lei Maria da Penha e concordaram com a importância que a legislação tem na proteção da violência contra a mulher.

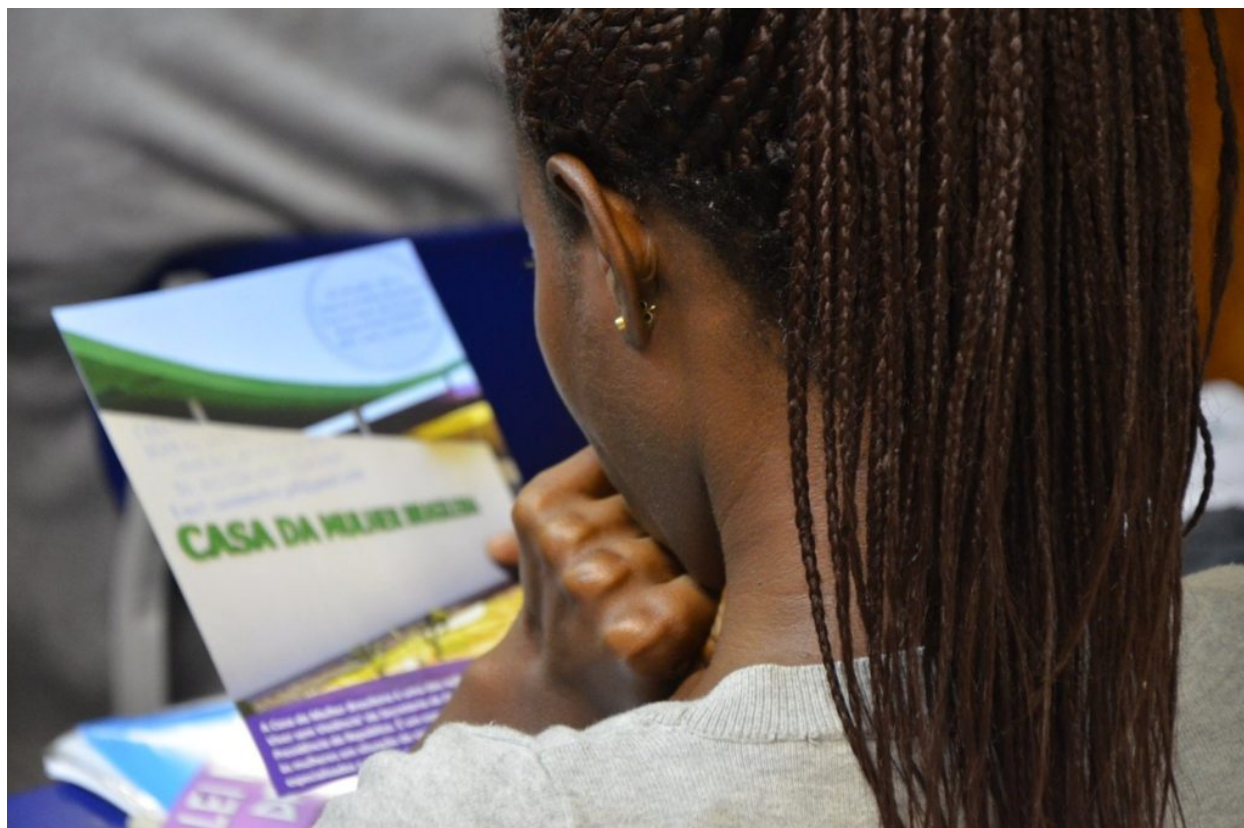
Beatrice veio de Gana, é solicitante de refúgio no Brasil e está no país há oito meses. Ela estava entre a pequena parcela de participantes que não sabiam da existência da Lei Maria da Penha.

“Como mulheres, estamos expostas a muitas formas de violência, todos os dias, em nossa vizinhança, na rua, em nossas próprias casas. É bom saber como podemos nos proteger”, disse.

No Brasil, conforme os dados do último relatório do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), 32% das 10.038 solicitações de refúgio apresentadas

no ano passado foram feitas por mulheres no ano passado.

Quando as agências da ONU e o IMDH começaram a elaborar o workshop, a expectativa era de que as mulheres fossem o público predominante. Porém, os debates surpreenderam não apenas por uma massiva presença masculina, como também pelo interesse demonstrado pelos homens sobre o assunto.



Participantes receberam cartilhas e publicações com orientações sobre as ferramentas disponíveis para a proteção contra a violência de gênero. (Foto: ACNUR/Victoria Huguene)

Para Amanda Lemos, assessora de comunicação da ONU Mulheres, essa integração entre homens e mulheres é muito importante para debater as disparidades de gênero. A especialista acredita que, ao ter acesso a opiniões divergentes, os homens podem conhecer diferentes realidades e se transformar em agentes em prol da igualdade.

A diretora do IMDH, Irmã Rosita Milesi, defendeu o diálogo tanto entre homens e mulheres, quanto entre culturas diferentes. Ela afirmou receber com frequência relatos de mulheres que omitem atos de violência para não expor seus familiares ou porque se sentem constrangidas.

Para Rosita, iniciativas como o workshop podem ser um primeiro passo para alterar essa dinâmica, criando oportunidades para que homens e mulheres possam construir uma nova cultura de convivência e compreensão mútua.

Um dos pilares de atuação do ACNUR na prevenção e no combate à violência de gênero é o engajamento de homens e meninos no tema, sobretudo porque cerca de 70% dos refugiados reconhecidos no Brasil são do sexo masculino. Pensando nisso, [a Agência lançou em 2016 a publicação Avante!](#), que tem por objetivo fazer com que refugiados e solicitantes de refúgio residentes no país possam entender a legislação nacional sobre o tema.

Ao fim da oficina, as equipes das três organizações parceiras distribuíram cartilhas informativas sobre os direitos das mulheres para todos os participantes.

Violência contra a mulher é um dos motivos de pedido de refúgio

Um debate hoje (7) com a participação de refugiadas e organizações feministas proporcionou a troca de experiências sobre as questões femininas que envolvem as mulheres refugiadas e discutiu a violência contra a mulher nos países de origem e no Brasil para estimular a solidariedade feminina transnacional. O evento foi organizado pela Cáritas no Memorial Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

[\(Agência Brasil, 07/12/2016 - acesse no site de origem\)](#)

De acordo com a Cáritas, o número de mulheres que pedem refúgio no Brasil aumentou desde 2014, passando de 30,1% naquele ano para 40,4% em 2015 e para 42,3% do total das solicitações feitas até novembro de 2016.

A responsável pelas relações institucionais do Programa de Atendimento a

Refugiados da Cáritas do Rio de Janeiro, Nina Queiroga, diz que esse aumento pode estar relacionado às violações que elas sofrem em seus países. Ela cita a República Democrática do Congo, um dos países com maior número de pedidos de refúgio no Rio de Janeiro, que passa por uma guerra há 20 anos e que já deixou 6 milhões de mortos.

“Dentro dessa guerra, a gente percebe que as violações causadas contra a mulher têm muito pouca responsabilização e muito pouco combate. Então, há uma relação na medida em que existe uma presença maior de pedidos de refúgio de congolese de maneira geral. Também tem a hipótese de que as mulheres estão entendendo melhor os seus direitos e buscando novas realidades de apoio e refúgio”.

Violência institucionalizada

Há dois anos no Brasil, Mireille Muluila diz que no Congo, seu país de origem, a violência contra a mulher é institucionalizada, tanto como uma arma da guerra, onde os estupros são feitos pelas milícias rebeldes, como dentro de casa, onde a cultura local coloca a mulher totalmente submissa ao marido.

“Várias mulheres e crianças sofrem estupros e violações por causa da guerra, é usado como uma forma de impor o terror, mas dentro de casa também acontece, pelos maridos. O estupro pode acontecer na rua, mas também com alguém que você conhece, como o marido que força a mulher a fazer sexo, mesmo se ela não quer, inclusive bate nela por causa disso”.

Mireille relatou que são comuns no Congo casamentos forçados, inclusive com meninas na pré-adolescência. Ela diz que, muitas vezes, a mulher é obrigada a fugir dos rebeldes com a roupa do corpo e sem conseguir encontrar com seus familiares para planejar a saída do país.

“O que está acontecendo no meu país está fazendo com que essas mulheres saiam de lá. Quando acontece uma violência contra a mulher ou outra pessoa da família, como a mãe ou a filha, ela tem que fugir com as pessoas que estão com ela, mas é difícil, porque a chegada dos rebeldes pode acontecer num momento em que a mulher não está em casa e ela tem que sair do jeito que

está, sem poder voltar para casa. Isso faz com que várias mulheres estejam fugindo de seus países e pedindo refúgio, como aqui no Brasil”.

Solidariedade transnacional

Casos como o de Mireille levaram um grupo de mulheres a registrar essas histórias. Uma das responsáveis pelo projeto, Luciana Salvatore, diz que a aproximação começou com oficinas de cartas e evoluiu para o filme *Travessias*, que foi mostrado no debate.

“A ideia é que essas mulheres pudessem expressar, por meio da carta, seus sentimentos mais profundos, mais íntimos. O filme passou por essa necessidade nossa de conhecer essas mulheres e ir ao encontro com elas e entender esse universo mais íntimo que é nosso, que é delas, de todas as mulheres. É todo um trabalho de não violência e superação dentro do universo feminino. A violência é semelhante no sentimento. Uma mulher violentada terá o mesmo sentimento em qualquer parte do mundo”.

Integrante do coletivo Não me Kahlo, Bruna Rangel apresentou dados sobre a violência contra a mulher no Brasil, para todas se unirem no combate às violações de direitos.

“Os dados da violência contra a mulher no Brasil obviamente também vão afetar a vida dessas mulheres que agora também fazem parte da nossa sociedade. Elas contribuem trazendo as experiências delas e dos países delas, mas principalmente da gente ter atenção com elas, o que a gente pode fazer por elas. É uma questão de união entre mulheres, a gente percebe que tem uma participação no Congresso muito pequena e tem uma dificuldade imensa de implementar políticas públicas, então, o apoio da sociedade civil é extremamente importante”.

O debate ocorreu dentro da campanha internacional 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher.

Akemi Nitahara; Edição: Fábio Massalli

Mina Jaf: “Nos campos de refugiados, há mulheres que são violadas pelas autoridades”

Nasceu no Curdistão, mas ficou lá poucos dias. Os conflitos colaram-lhe o estatuto de refugiada. Ela e a família passaram anos de um lado para o outro e a mãe chegou a dar à luz um irmão seu numa montanha. Hoje, Mina é a diretora da Women Refugee Route, recebeu o prémio Voice of Courage e quer acabar com a violência sexual nos campos.

[\(RTP, 30/11/2016 - acesse no site de origem\)](#)

As conferências já lhe são um ambiente próximo. Mina Jaf, 28 anos, esteve em Portugal no Fórum Lisboa sobre o tema “Migração e Direitos Humanos”. Lembra-se de ser criança e ouvir a mãe a conversar à noite com outras mulheres, que desabafavam sobre os episódios de violência sexual de que tinham sido alvo. Hoje, já adulta, Mina diz querer dar às mulheres nos campos um ambiente o mais próximo possível de uma vida comum.

Por isso, está a criar bibliotecas nos campos de refugiados para que as mães possam ler uma história aos filhos e tem uma equipa de tradutoras, para que as mulheres se sintam à vontade a falar na sua língua com outra mulher. A fundadora da Women Refugee Route (WRR) conta toda a história em entrevista exclusiva à RTP.

Quando era criança, a Mina e a sua família viveram em vários sítios entre o Curdistão iraquiano e o Irão. O que é que aconteceu exatamente?

Eu nasci numa cidade que foi atingida por gás químico por ordem do Saddam Hussein. Fomos obrigados a sair de lá e tivemos de nos mudar para o Irão. Depois, a nossa cidade voltou a ficar segura para habitar e quisemos voltar,

porque os refugiados, tal como toda a gente, querem sempre voltar à sua terra. Voltar à terra significa que estás em casa, no teu lar. Voltamos ao Curdistão mas depois, em 1988, tivemos de voltar ao Irão porque houve mais conflitos. E andamos sempre nisto.

Lembro-me que continuávamos a andar de um lado para o outro porque nos sentíamos deslocados. É muito difícil, porque tens de deixar para trás o teu país, a tua família, os teus amigos... E não tens a certeza se vais voltar a vê-los. Depois começamos a nossa viagem para a Europa. Primeiro ficamos na Alemanha e, quatro anos depois, fomos para a Dinamarca.

Há episódios muito curiosos que ainda hoje tenho na memória. Por exemplo, eu hoje em dia adoro fazer caminhadas nas montanhas e às vezes penso: "Isto é mesmo difícil, andar aqui pelas colinas". Mas depois lembro-me que, em 1991, tivemos de passar do Curdistão iraquiano para o Curdistão iraniano pelas montanhas porque não tínhamos mais nenhum transporte. E foi nas montanhas que a minha mãe deu à luz um irmão meu. Ali mesmo, em frente a todas as pessoas que estavam a fazer o mesmo caminho que nós.

Na Dinamarca esteve com outros refugiados, certo? Da Bósnia, Somália, Ruanda...

Sim. Quando és refugiada, tens de estar sempre a adaptar-te a uma comunidade nova, e depois a outra e a outra... Por isso tens de criar uma grande auto-confiança para te adaptares constantemente a uma nova escola, a uma nova forma de fazer as coisas, a pessoas novas, com quem às vezes não consegues comunicar porque não sabes a língua delas.

Mas hoje sabe cinco línguas, certo?

Sim.

Quais são?

Falo curdo, dinamarquês, inglês, alemão e dari (um dos idiomas do Afeganistão). Aprendi ao conviver com todas aquelas pessoas nos diferentes campos. Isto apesar de ter perdido cinco anos de escola, por causa de andar sempre de um lado para o outro. Aquele convívio trouxe-me benefícios hoje

para o meu trabalho. Trabalhei numa ONG na Bélgica, em que tinha de dar informações a refugiados. Tínhamos muitos afegãos a chegar mas não tínhamos quase nenhuns intérpretes que percebessem a língua. Por isso deu-me muito jeito ter aprendido dari, por exemplo.

Porque é que decidiu criar a Women Refugee Route (WRR)?

Porque via uma grande falta de atenção às refugiadas, especialmente aqui na Europa. A violência contra as mulheres em conflito é um tema sensível e fica para trás. É abordado apenas numa mesa de reuniões. Falta ir ao terreno e ver. E eu pensei: “Não, temos de quebrar o silêncio e ir lá”. A WRR serve para dar voz a quem não a tem.

Que tipo de violência? Casos de violação?

Sim, violência sexual, na qual se inclui a violação. Quando era criança, houve uma altura em que vivia num campo e eu e a minha mãe estávamos juntas com outras mulheres de vários países. A minha mãe sofreu violência doméstica e eu fui testemunha dela. Mas bom, lembro-me de uma noite em que a minha mãe e essas mulheres partilharam as histórias delas. Claro que não era suposto eu estar a ouvir aquilo, era suposto estar a dormir, mas eu fingi que estava a dormir e ouvi. Elas estavam a falar sobre as violações que tinham sofrido, algumas pelas autoridades. Algumas consecutivas.

Que histórias conheceu de refugiadas na Europa?

Há muitas, mas lembro-me de uma mulher que foi violada sucessivamente pela comunidade num campo na Grécia. Ela não conseguia contar a história porque não conseguia confiar no intérprete de tradução que lá estava. Desde logo porque ele era homem. Ela precisava de se sentir confortável para contar porque as violações eram constantes, não foi algo que só aconteceu uma vez. Ela precisava de garantir que aquela informação ficava segura. Um dia ela conheceu-nos e nós demos-lhe uma intérprete mulher, de confiança, que conversasse com ela. Mesmo assim, só dois meses depois é que conseguiu contar a história toda.

Como é o seu dia a dia no trabalho com a Women Refugee Route?

Eu dou a conhecer à comunidade e às instituições os cenários reais que se vivem nos campos de refugiados. E nos próprios campos, há muito trabalho a fazer. As raparigas e as mulheres não sabem quais são os seus direitos. Uma vez vi uma ONG dar uma formação num dos campos e estavam só homens a assistir. Porque lá as mulheres estão vulneráveis e ficam dentro das tendas. O que nós fazemos é ir de tenda a tenda, dar informação, puxá-las para fora...

Informação sobre quê?

Sobre como dirigirem-se ao hospital caso precisem de assistência médica, sobre os procedimentos de segurança que devem ter... As mulheres precisam de se sentir seguras. Criamos agora uma “biblioteca para mães” para que as mulheres possam ir a um sítio seguro onde possam ler um livro aos seus filhos, na sua própria língua - em árabe, curdo, ou outras línguas. Mas queremos fazer mais.

Recebeu o Prémio Voices of Courage. O que é que significa ser corajoso?

Acho que ser corajoso significa que pões as coisas em ação e que fazes realmente alguma coisa para implementar a tua ideia. Não ficas à espera, não ficas sentado só a falar sobre o assunto, mas mexes-te realmente para ajudar as pessoas. Falas com elas, bebés chás com elas, ouves histórias boas e más. Estás realmente ali com elas, não te ficas pelo falar à mesa sobre o assunto.

Catarina Marques Rodrigues e Nuno Patrício

Exposição “Vidas Refugiadas”

chega ao Rio com alerta sobre a violência de gênero

(ONU Brasil, 05/05/2016) Quem passeou pelos belos jardins do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, nesta semana, deparou-se com um cenário diferente: oito rostos femininos exibidos em 16 grandes fotografias ao longo do caminho de palmeiras imperiais. Trata-se da exposição fotográfica “Vidas Refugiadas”, que tem apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e chegou ao Rio após uma primeira temporada em São Paulo.



Exposição fotográfica “Vidas Refugiadas”, que tem apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), chegou ao Rio após uma primeira temporada em São Paulo (Foto: Victor Moriyama)

Quem passeou pelos belos jardins do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, nesta semana, deparou-se com um cenário diferente: oito rostos femininos exibidos em 16 grandes fotografias ao longo do caminho de palmeiras imperiais. Em comum, aquelas mulheres não tinham apenas força, beleza e a determinação de começar uma vida nova no Brasil, mas também o desejo de

contar a própria história.

Conferir esse protagonismo é a proposta da exposição fotográfica “Vidas Refugiadas”, que, com o apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), chegou à cidade após uma primeira temporada em São Paulo.

Com foco no cotidiano no Brasil de oito mulheres de diferentes nacionalidades, a mostra busca chamar atenção para uma perspectiva de gênero na forma como se pensa o refúgio, sobretudo na elaboração das políticas públicas para os refugiados.

Para celebrar o lançamento da exposição, elaborada com imagens do fotógrafo Victor Moriyama, foi realizado um debate com a presença de representantes do ACNUR e da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, além da nigeriana Nkechinyere Jonathan, uma das mulheres retratadas no projeto. Professora de inglês, ela chegou ao Brasil em 2014, devido a perseguições do grupo Boko Haram.

“Esta exposição está sensibilizando as pessoas sobre os refugiados, que não são párias nem fizeram nada de errado. São pessoas comuns enfrentando uma situação difícil por circunstâncias da vida, algo que poderia acontecer a qualquer um”, disse Jonathan. “O projeto está construindo um caminho, está indo a algum lugar, um passo de cada vez. Este é o segundo passo.”

Durante o debate, acompanhado por cerca de 70 pessoas, o assistente de proteção do ACNUR, Vinícius Feitosa, reafirmou a existência de questões de gênero como motivadoras de deslocamento e ressaltou a importância de se celebrar a resiliência dos refugiados.

“Ser mulher pode, sim, ser uma razão de perseguição. Quando falamos de refúgio, falamos de um conceito, mas quando falamos da pessoa refugiada, temos que falar de um ponto de vista mais humano, que é o que a exposição propõe.”

A idealizadora da exposição, a advogada Gabriela Ferraz, destacou o expressivo número de mulheres refugiadas no Rio de Janeiro e lembrou que elas representam atualmente cerca de 30% das pessoas que buscam refúgio no Brasil.

“As mulheres sofrem violência no país de origem, no caminho para outro país e temos que ter cuidado para que não sofram aqui, porque a violência contra a mulher é uma realidade no Brasil”, alertou.

Em sintonia com essa preocupação, o advogado da Cáritas RJ, Matteo Theubet, chamou atenção para o crescimento do contingente de refugiadas que têm desembarcado na cidade.

“No primeiro trimestre de 2016, o número de mulheres que chegam ao Rio de Janeiro em busca de refúgio igualou o número de homens pela primeira vez. Temos visto muitas mulheres jovens chegando aqui com crianças pequenas, tendo que se adaptar a uma realidade que não é fácil.”

De acordo com números divulgados pela Cáritas RJ, houve um crescimento de 82% no número de solicitações de refúgio feitas no Rio de Janeiro em 2015, em comparação com o ano anterior. As mulheres, que em 2014 representavam 30% das novas chegadas, passaram a responder por 40% no ano passado e por 50% em 2016.

A exposição fotográfica “Vidas Refugiadas” permanece nos jardins do Palácio do Catete de terça a domingo, das 9h às 18h, até o dia 10 de junho. A entrada é gratuita. A próxima cidade a receber a mostra será Brasília, a partir de 20 de junho.

Acesse no site de origem: [Exposição “Vidas Refugiadas” chega ao Rio com alerta sobre a violência de gênero \(ONU Brasil, 05/05/2016\)](#)

Mulheres latinas, negras, trans e refugiada dão o tom na abertura

do Emergências

(EBC, 08/12/2015) O Emergências, encontro global promovido pelo Ministério da Cultura para debater a cultura como motor transformador da sociedade, começou nesta segunda-feira (08/12) e segue até o próximo domingo (13/12) no Rio de Janeiro. Já no primeiro dia, o evento se mostrou disposto a debater temas diversos.

Questões sociais que têm pautado as redes sociais deram o tom nas primeiras conversas. O ministro da Cultura, Juca Ferreira, destacou a luta indígena, feminista, do movimento negro, LGBTT e dos estudantes secundaristas contra retrocessos. “Precisamos refletir sobre as ameaças às sociedades democráticas e, em particular, a ameaça à democracia brasileira”, disse.

Após o discurso do ministro, a abertura oficial deu espaço a 20 mulheres, com diferentes locais de fala: negras, brancas, brasileiras, latinas, trans e uma refugiada. Elas compartilharam suas experiências de luta em causas diversas, como contra o machismo, a transfobia, a violência de gênero, o genocídio da população negra, a homofobia etc. Todas em prol da não-supressão de direitos.

A plateia, que lotou o Circo Voador, se mostrou sensível a todos os temas levantados e vibrou com cada discurso emocionado que passou por ali. Listamos alguns. Confira:

“Quem aqui conhece uma família que teve um jovem negro assassinado por uma bala?” - Eliane Dias, produtora cultural e representante do SOS Racismo na Assembleia Legislativa de São Paulo

“As questões de putas a gente sempre trata no âmbito do Ministério da Saúde, AIDS etc. É preciso ocupar outros espaços como os daqui” - Monique Prada, trabalhadora sexual ativista e feminista, coeditora do MundoInvisivel.org

“Não instigue a discriminação contra as mulheres com HIV. Sim, temos direito de fazer sexo” - Mariana Iacono, co-fundadora do Jovens Positivos

LAC (J+ LAC)

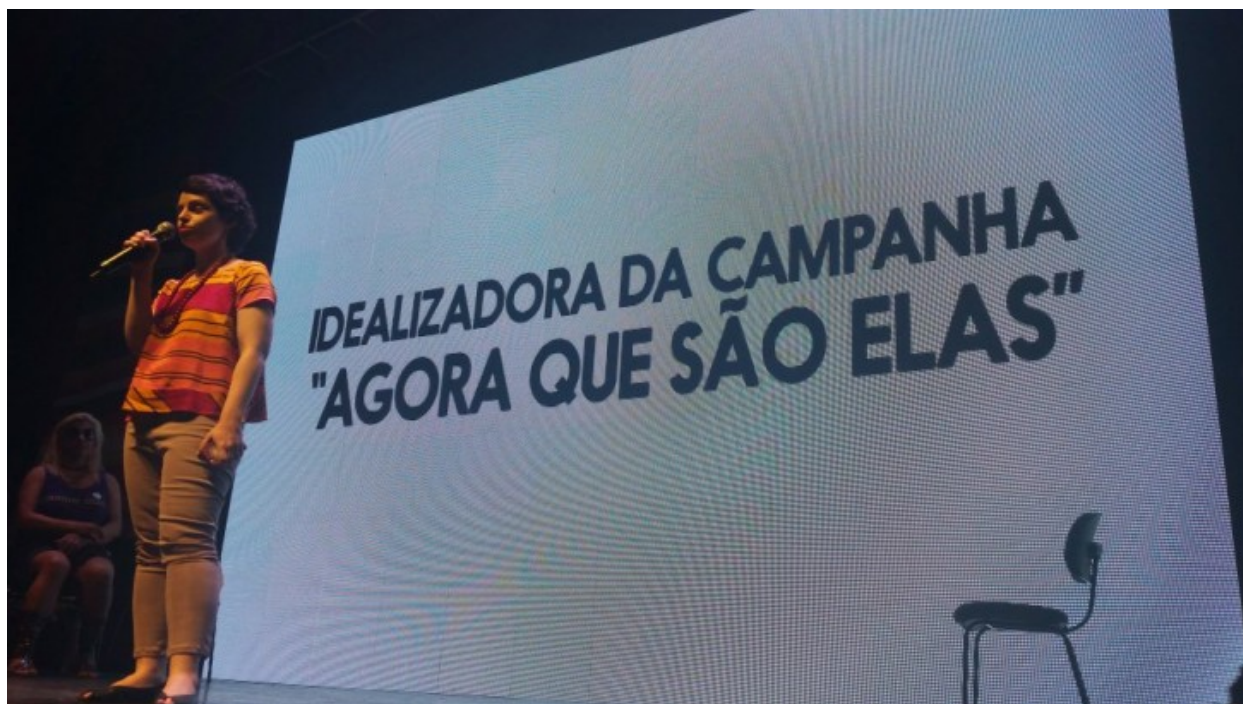
“Meu corpo existe e ele vai transitar por essa sociedade” - Indianara Siqueira, trabalhadora sexual e transexual feminista

“Eu entendi que não vai adiantar projetos como agência, os pontos de culturas, eventos como esse hoje do Emergências, se o jovem não tiver vivo, o jovem preto” - Ana Paula Lisboa, coordenadora de metodologia da Agência de Redes da Juventude

“Estamos na luta para barrar a reorganização, o fechamento e o retrocesso da educação” - Camila Less, presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes)

“Não podemos deixar que forças conservadoras venham jogar por terra tudo o que nós conquistamos” - Macaé Maria, secretária de Educação de Minas Gerais

“Queremos construir um novo ‘normal’. Precisa deixar de ser normal ser perigoso ser mulher. O machismo vai me machucar, mas vai matar é a mulher preta” - Manoela Miklos, ativista e criadora da campanha #AgoraÉQueSãoElas



Emergências: Manoela Miklos. (Foto: Davi de Castro/Portal EBC)

Ao final, o público cantou em coro: “Segura, segura, segura, seu machista, a América Latina vai ser toda feminista”

Para assistir ao Ato de abertura do Enemergências na íntegra, clique no vídeo abaixo:

Refugiadas sofrem mais para obter trabalho

(O Estado de S. Paulo, 12/07/2015) Excluídas dos setores de construção civil e da indústria, mulheres têm no idioma barreira para uma vaga em serviços

“Vous êtes heureuse? (Está feliz?)”, perguntou, em francês, um funcionário da Cáritas-RJ - instituição católica que auxilia refugiados - a Gilda, congoleza de 34 anos que pediu ao Estado para não ser identificada. Um sorriso se

abriu em resposta, afinal, após cinco meses no Brasil, ela conseguiu o primeiro emprego, como cuidadora de um idoso.

Entre as mulheres, a comemoração é rara: excluídas dos setores de construção e da indústria pesada, elas sofrem mais do que os homens com o desemprego quando chegam ao País. Levantamento da Cáritas-RJ, que atende 6.547 estrangeiros entre refugiados e solicitantes de refúgio, aponta que 70% dos 5.107 homens estão empregados, enquanto o índice entre as 1.440 mulheres é de 50%.

Queixa generalizada entre elas, a carência de trabalho é apenas um dos problemas que as mulheres enfrentam ao trocar seus países de origem pelo Brasil. Muitas são viúvas de guerras, outras foram separadas dos maridos em campos de refugiados e acabaram perdendo o contato com eles.

“Vêm muitas mulheres sozinhas, grávidas, com filhos. Aí fica ainda mais difícil para entrar no mercado de trabalho”, explicou a coordenadora do Centro de Referência para Refugiados da Cáritas de São Paulo, Maria Cristina Morelli. Ela também afirmou que muitas refugiadas já foram vítimas de violência sexual. A instituição prestou no primeiro semestre 17.160 atendimentos a estrangeiros.

Gilda teve o marido morto dentro da própria casa. “À noite, um grupo armado entrou lá. Bateram em mim”, disse, mostrando as cicatrizes nas costas. A filha do casal, de 5 anos, assistiu à execução. Gilda não conseguiu trazê-la para o Brasil. Desde que chegou, não teve notícias nem da menina nem da mãe, com quem deixou a criança. “Não tive como falar com elas. Me senti mal em deixá-las.” No Congo, a guerra civil terminou oficialmente em 2003, porém, milícias ainda praticam ações violentas, principalmente no leste do país africano.

A congoleza Eva, de 37 anos, também chegou ao Brasil sem o marido e apenas com dois dos três filhos, de 9 e 15 anos. “Não sei se ele morreu ou se está vivo”, disse a refugida, que mora no Jardim Gramacho, bairro pobre do município de Duque de Caxias, na região metropolitana do Rio. Egressa de uma região de conflitos, se preocupa com a falta de emprego e se isso pode fazer com que os filhos sejam atraídos pela criminalidade. “Se o emprego

nunca aparece, como eu vou viver com as crianças?”, perguntou.

ALEGRIA E DOR

A tradutora congoleza Mireille Mulanga, de 37 anos, conhece os dois lados da adaptação de uma refugiada. Chegou ao Brasil em setembro de 2014 e, apesar de saber seis idiomas, não falava uma palavra de português. Perdeu o contato com o marido, que permaneceu no Congo em um campo de refugiados. “Tenho dois sentimentos. O da alegria, mas também a dor. É difícil para mim. Deixei minha família em um país em guerra, sem saber a condição deles”, conta Mireille.

Formada em relações internacionais em seu país natal, ela agora trabalha como tradutora na Cáritas-RJ e continua acompanhando o difícil processo de adaptação das mulheres que chegam ao Brasil. Antes disso, foram “incontáveis” as negativas em entrevistas de emprego, mesmo com a qualificação. “Fui a muitas empresas, mas ninguém me dava essa oportunidade. Eu sofri, porque em várias empresas diziam: ‘Você não fala português’.”

OBSTÁCULO

É justamente a barreira do idioma que dificulta a entrada da mulher refugiada no setor de serviços, que teria maior capacidade de empregá-las. “Muitas vezes, elas são contratadas para o setor ou para estabelecimentos comerciais, em que precisam falar mais. Se você vem de uma cultura mais afastada, é bem complicado se inserir no mercado de trabalho”, disse o representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil (Acnur), Andrés Ramirez.

Segundo ele, a falta de vagas em creches públicas - problema que também acomete as brasileiras - é outro fator que complica o ingresso das estrangeiras no mercado de trabalho. Ramirez diz que a empregabilidade dos refugiados poderá ser afetada pelo aumento do número de chegadas, principalmente de sírios em São Paulo, porque o ensino de português por instituições assistenciais terá menos condições de atender à demanda que está crescendo.

Carina Bacelar

Acesse no site de origem: [Refugiadas sofrem mais para obter trabalho \(O Estado de S. Paulo, 12/07/2015\)](#)

Violações de direitos e esperança marcam histórias de mães refugiadas no Brasil

(EBC, 10/05/2015) Após quatro anos longe das três filhas, Pombo Mukombo Agnès pode comemorar o Dia das Mães neste domingo (10) com pelo menos uma delas. Perseguida por sua opinião política, Pombo fugiu da República Democrática do Congo para o Brasil às pressas, em 2011, e não pode trazer a família. O marido, que é médico, conseguiu escapar para Angola. As meninas ficaram com a tia. Há um mês, ela juntou dinheiro suficiente para trazer a caçula Christel, de 12 anos.

“O voo era para chegar às 3h50 da manhã. Às 5h, minha filha não tinha saído. Ela tinha saído por outro terminal. Corri para lá. Quando ela me viu, gritou mamãe! Ai, quase chorei”, lembra emocionada.

Atualmente, Pombo trabalha no consulado do Togo no Rio de Janeiro. O Dia das Mães não é tão importante no Congo quanto no Brasil, comenta, embora seja comemorado. “A única coisa que quero de presente de Dia das Mães é reunir minha família. Não deu ainda, porque as passagens são muito caras”.

As duas outras filhas, de 17 e 19 anos, terminam a escola em junho e ela então tentará juntar dinheiro para trazê-las em julho, explica em seu português ainda hesitante. “Que língua difícil! O mais difícil quando cheguei aqui foi conseguir me comunicar. Não entendia nada. Em meu país falamos francês e aprendemos inglês na escola. Nunca pensei que teria que estudar o

português”.

A caçula ainda não começou a escola, mas já aprendeu algumas palavras, conta a mãe orgulhosa. “Ontem à noite, já estávamos na cama e ela me chamou de ‘chata’”, disse, rindo. Voltar para o Congo é outro sonho de Pombo. “É a minha terra. Tenho muitas saudades. Há muitas coisas boas lá. Se um dia tiver outro presidente e um governo bom, voltarei, com certeza”, afirma.

Conterrânea de Pombo, Helena Makitu passará o Dia das Mães sem os sete filhos que deixou há um ano na capital, Kinshasa, após passar por uma tragédia pessoal. Rebeldes invadiram sua casa, assassinaram o marido e a estupraram. Anos depois, Helena descobriu que havia contraído o vírus do HIV devido ao estupro. O trauma, a violência e a doença a trouxeram para o Rio, onde mora com um irmão, também refugiado. “Não volto para lá nunca mais. Quero trazer todos os meus filhos para cá, mas não tenho dinheiro. Eles estão passando fome lá, dormindo em uma igreja, pois não temos mais casa”, conta, intercalando o francês com o português, que ainda não domina. “O Brasil é o meu país agora, aqui como bem e sou bem tratada”, completa.

Há menos de três meses no Brasil, a congoleza Karine também fugiu da violência extrema na região com o marido e o filho de 1 ano e 6 meses. Ela prefere não revelar o sobrenome. “Fugimos por Ruanda. Lá vendemos tudo que tínhamos, inclusive as alianças, para comprar documentos falsificados e as passagens de avião. Estava muito cansada e nervosa. Dormi a viagem toda. Nem sabíamos para onde estávamos indo”, relembra. Karine diz que escolheu o Brasil para criar o filho, Charles, que já ensaia as primeiras palavras na língua do novo país. “Em vez de dizermaman, diz mamãe e fala não, em vez de dê”, comenta em francês.

Ela diz que se sente em casa no Brasil. “Os brasileiros são muito acolhedores. Sinto-me como se tivesse perdido uma família lá e reencontrado outra aqui. Sempre tem alguém perguntando se precisamos de algo, se podem ajudar. Sinto que me dão o amor que perdi lá”, diz. Ela não tem notícias dos parentes desde que saiu do Congo.

Hoje, a família vive de favor com outros congolezes. O marido conseguiu

trabalho de faxineiro em uma empresa de segurança. Karine trabalhava como recepcionista de hotel e guia de turismo. A dificuldade de se comunicar dificulta um emprego na sua área aqui. Por isso, é assídua nas aulas de português no Centro de Acolhida para Refugiados da Cáritas RJ, na Tijuca, zona norte, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No local, há serviços de acolhida e integração a refugiados.

Aline Thuller, coordenadora do programa de atendimento a refugiados da Cáritas RJ, explica que a maioria dos refugiados no estado é congoleza e que o número de mulheres vêm crescendo ano a ano.

“Historicamente a maioria sempre foi de homens, mas temos verificado, especialmente neste ano, uma mudança nesse perfil, com a chegada cada vez maior de mulheres grávidas e com crianças”, informa, ao apontar que poucas vêm com os maridos. “Ou porque o marido foi morto na guerra ou porque a família não tem condições de sair toda junta. Eles dão prioridade às mulheres, já que a violência sexual é uma arma de guerra no Congo”, explica.

Aline ressaltou que doações (<http://caritas.org.br/rps>) são bem recebidas, já que muitos refugiados chegam com a roupa do corpo, sem sequer lugar para dormir.

Julienne-Kiese também escolheu o Brasil para ser o lar dos quatro filhos. Ao lado dos mais novos, Lamama, de 6 anos, e Jordi, de 13, ela conta que a família fugiu depois que um amigo do marido foi assassinado. “A esposa dele fugiu para minha casa. A polícia chegou, invadiu nossa casa, espancou meu marido e nos ameaçou de morte”, relata.

No Brasil há quatro meses, Julienne ainda se comunica apenas no idioma lingala, e recebe ajuda de colegas na tradução para o português. Já o pequeno Jordi arrisca algumas frases no novo idioma. “O Brasil é muito legal, porque joga muita bola”, comenta timidamente. Apesar da camisa do Flamengo que está vestindo, ele conta que escolheu o time do Botafogo para torcer. Perguntado se deseja voltar para o Congo, responde: “Se nós voltar (sic), nós morre (sic)”.

Há cerca de duas décadas, o Congo (ex-Zaire) vive confrontos entre governo,

rebeldes e milicianos que já deixaram milhões de mortos e feridos. A violência contra cidadãos inclui sequestros de mulheres e crianças, estupros e outros tipos de violações graves de direitos humanos.

De acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), o Brasil recebeu mais de 7,6 mil refugiados reconhecidos, de 81 nacionalidades distintas (25% deles são mulheres). Os principais grupos vêm da Síria, Colômbia e República Democrática do Congo (RDC). Em todo o mundo há mais de 16 milhões de refugiados, segundo a Acnur, agência da ONU para refugiados.

O refúgio é uma modalidade específica de migração, e no Brasil, a lei 9.474, de 1997, garante documentos básicos aos refugiados, incluindo documento de identificação e de trabalho, além da liberdade de movimento no território nacional e de outros direitos civis. As principais causas de refúgio são perseguições por raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e violações generalizadas de direitos humanos.

Flávia Villela; Editor: Fernando Fraga

Acesse no site de origem: [Violações de direitos e esperança marcam histórias de mães refugiadas no Brasil \(EBC, 10/05/2015\)](#)

Mulheres chefiam uma em cada quatro famílias de refugiados sírios

(G1 Mundo, 08/07/2014) Uma em cada quatro famílias de refugiados da guerra que dura mais de três anos na Síria é chefiada por uma mulher, informou nesta terça-feira (8) o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Acnur. Segundo o relatório “Mulher Sozinha - a Luta pela

Sobrevivência das Refugiadas Sírias”, 2,8 milhões de sírios já foram registrados como refugiados - mulheres e crianças são quase 80% deste total.

De acordo com a pesquisa, a principal dificuldade relatada pelas 135 refugiadas entrevistadas no Egito, no Líbano e na Jordânia é a falta de recursos financeiros - apenas 20% delas têm trabalho fixo, outras 20% recebem ajuda de parentes e algumas enviam os filhos para trabalhar. Mais da metade (60% das entrevistadas) 60% das mulheres entrevistadas expressaram sentimentos de insegurança e um terço delas disse não ter dinheiro suficiente para comer.



A refugiada síria Lina vive em uma tenda com seus sete filhos no Líbano (Foto: Andrew McConnell/UNHCR)

“Devido a esta situação, o Acnur está solicitando uma nova ação urgente por parte dos doadores, dos países que abrigam estas refugiadas e de outras agências humanitárias”, informa o comunicado da agência para refugiados.

“Uma mulher sozinha no Egito é uma presa para todos os homens,” disse a refugiada síria Diala, que vive em Alexandria, no Egito. Na Jordânia, a síria

Zahwa relatou ao Acnur que ela foi assediada até mesmo por refugiados ao coletar cupons de distribuição de comida. “Eu estava vivendo com dignidade, mas agora ninguém me respeita porque não tenho um homem ao meu lado.”



Refugiados sírios recebem cobertas e combustível em Aarsal, no Líbano (Foto: Andrew McConnell/UNHCR)

Segundo o Acnur, mais de 150 organizações humanitárias trabalham com as refugiadas sírias e suas famílias.

Iniciada como uma revolta entre manifestantes que pediam mais transparência do governo, a guerra na Síria forçou 9 milhões de sírios a abandonar seus lares e já deixou pelo menos 162 mil mortos, entre eles 80 mil civis e 8,6 mil crianças. Segundo o Acnur, o número total de refugiados deve chegar a 3,6 milhões de pessoas ao final deste ano.

Acesse o site de origem: [Mulheres chefiam uma em cada quatro famílias de refugiados sírios](#)